

TESE AO 13º CONGRESSO DA ASSIBGE-SN - COORDENAÇÃO DO NÚCLEO DE SANTA CATARINA

1. CONJUNTURA INTERNACIONAL

1.1 Avanço mundial da extrema-direita e resistência dos povos

A difícil situação brasileira, após a vitória política das forças mais reacionárias da sociedade, não é anômala, e sim parte do avanço da extrema direita que se verifica em nível mundial e que coloca em questão as instituições da democracia liberal até mesmo nos países centrais. Presentemente, o principal eixo político do imperialismo, que inclui Reino Unido e EUA, está sendo governado pela dupla Donald Trump e Boris Johnson, com todas as implicações disto para o sistema mundial de relações internacionais. Por outro lado, essa via que combina autoritarismo político e desregulamentação do Estado e da economia já dá sinais de esgotamento mesmo na América Latina. Na Argentina, a fórmula econômica defendida no Brasil pelos golpistas, e aplicada de forma extremada por Paulo Guedes, levou à destruição acelerada da economia e à rejeição massiva do governo Macri. Recentemente, foram os indígenas do Equador que protagonizaram grandes lutas e deram a lição de que com disposição de lutar e vencer é possível derrotar as políticas de austeridade contra os povos.

Esta conjuntura tem relação direta com a continuidade da fase crítica que se abre para o capitalismo em 2007/2008: crise para a qual as classes dominantes não apresentaram outra solução que o aumento da desregulamentação e do rentismo, da repressão social, e da desigualdade social. Acompanha esse processo de aprofundamento político do domínio do capital uma maior agressividade no campo ideológico. Passam a ser abertamente defendidas as perversidades sociais geradas por este regime de acumulação, ao mesmo tempo em que se dissemina a descrença em soluções coletivas, na organização social e em valores universais como a igualdade e a solidariedade humana. Esse quadro de derrota ideológica para a classe trabalhadora repercute diretamente sobre a organização sindical, abalando os vínculos entre trabalhadores e sua representação política, sobretudo entre os mais jovens.

Por outro lado, em vários países começam a se erguer novamente as massas exploradas, e a construir novas formas de luta. A história não deixa de se mover, e as crescentes contradições de um capitalismo em crise orgânica (econômica, política, moral, cultural...) continuam a produzir novas possibilidades para os povos. Na última década, diversos movimentos antiausteridade sacudiram a Europa, a América Latina, o Caribe e o Oriente Médio. Mesmo nos EUA é crescente o apelo por justiça social e pelo fim do privilégio dos mais ricos, e ainda que estes movimentos se articulem no interior ou em torno do oligárquico Partido Democrata, é significativo que se tenha colocado a palavra “socialismo” no debate, e a presença de mulheres negras e de origem estrangeira no parlamento daquele país forma um importante contraponto político ao chauvinismo de inclinações fascistas do odioso Donald Trump.

1.2 Capitalismo e parasitismo planetário

Evidências científicas têm demonstrado que o planeta está sofrendo impactos severos da atividade econômica, bem como que as consequências provavelmente extrapolem o nível de equilíbrio sustentável, caso nada seja feito. Os estudos mostram também que a questão é emergencial.

O planeta está sendo destruído em benefício de poucos, às custas da exploração do trabalho e da exaustão dos recursos naturais, bens comuns e patrimônio da humanidade. O sistema capitalista sempre privatiza os lucros e socializa os prejuízos, mas agora se trata de uma questão de sobrevivência do sistema Terra.

À medida que o conhecimento científico se dissemina, cresce a percepção da emergência de se mudar o sistema, surgindo movimentos globais de defesa do planeta, como a greve global pelo clima, liderada pela juventude que foi às ruas das cidades de todo o mundo, em defesa de seu futuro alertando: “mude o sistema, não o clima”!

2. CONJUNTURA NACIONAL E SERVIÇO PÚBLICO

2.1 Governo Bolsonaro e as perspectivas de luta

A chegada de Jair Bolsonaro ao governo abriu um período diferenciado na história política do Brasil, em que o poder de classe burguês passa a ser exercido com agressividade inaudita. É verdade que Bolsonaro e sua camarilha desprezível de canalhas não inventou a barbárie, nem há que se cair na tentação de idealizar nossa experiência recente. Fomos oposição de esquerda ao projeto reformista e conciliador dos governos petistas, e é importante que não nos esqueçamos os motivos de termos estado aí. Antes ainda, é também nas estruturas de uma sociedade racista, desigual e violenta, formada em séculos de escravidão, domínio latifundista, repressão política e submissão das elites aos monopólios internacionais e ao imperialismo, que o bolsonarismo deita suas raízes. Mas por outro lado, é inegável que não há comparação possível entre a tragédia deste governo com outros períodos de nossa história, e nossas diferenças com os governos do PT não nos farão deixar de reconhecer avanços importantes em políticas públicas (como o acesso de negros/as ao ensino superior e a expansão da educação pública federal), as quais não hesitaremos em defender contra o desmonte que se propõe.

Não é novidade que políticas neoliberais sejam implementadas no Brasil, com maior ou menor intensidade, há longa data, e de forma ininterrupta desde os anos 1990, sem que o PT tenha de fato rompido com elas. Mas o fato é que o presente momento não encontra precedentes em nossa história recente. O desmonte do Estado iniciou-se rapidamente a partir da extinção de ministérios, de grupos de trabalho, e comitês onde a representação civil era exercida. Os órgãos remanescentes foram aparelhados por indivíduos ineptos; loteados entre militares, religiosos e seguidores de uma seita filosófica fundamentada em quimeras. O processo democrático foi golpeado de todas as formas, fragilizado pelo discurso midiático, burlado pelo sistema judiciário. O processo de desmonte caminha a passos largos, atingindo praticamente todas as áreas da estrutura social. Os maiores estragos foram ocasionados no setor previdenciário, ambiental, educacional, trabalhista e cultural. Estamos, como nunca, sob ataque, e a defesa do Brasil só pode ser assumida pelo povo, pela classe trabalhadora e pelas juventudes.

Entretanto, é preciso compreender que ainda temos uma correlação de forças desfavorável e que nos encontramos em um momento muito difícil. A agenda antipopular, antidemocrática e antinacional encontra vantagem política importante em todos os campos: no Parlamento, no Judiciário, e mesmo no imaginário social, em que as ilusões vendidas pelos monopólios de mídia e a própria maquinaria ideológica bolsonarista (que nem sempre necessita do impulso das corporações de mídia) conquistaram grande parcela da classe trabalhadora. As grandes mobilizações, sobretudo no primeiro semestre, foram importantes, porém insuficientes.

Na dimensão econômica, o governo patrocina a recessão e o desemprego. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) trimestral, divulgada em agosto deste ano, a taxa de subutilização é de 24,6 % da População Economicamente Ativa (PEA). Somos 13 milhões de desempregados, 6,5 milhões de subocupados, 4,8 milhões de desalentados e outros 3,3 milhões que não conseguem trabalhar por algum tipo de impedimento do cotidiano. Somando estes números, falta trabalho para aproximadamente 28 milhões de brasileiros e brasileiras. Também causa preocupação o fato de que mesmo a diminuta redução da desocupação (-0,7%), alardeada como sinal de “recuperação” pelo governo, se baseie na verdade no crescimento do emprego informal. O número de empregados sem carteira assinada atingiu o recorde da série histórica, alcançando 11,7 milhões de pessoas. Hoje, o trabalho informal já representa 41,3% da população ocupada, incluindo empregados sem carteira assinada, trabalhadores domésticos e trabalhadores “por conta própria” sem CNPJ. Além destes números, a divulgação da PNAD também demonstrou queda de mais 1% na renda média dos trabalhadores. Como se vê, eram absolutamente falsas as promessas de que a reforma trabalhista levaria à melhora do mercado de trabalho.

Agora começa a diminuir a crença popular na capacidade do governo da direita em resolver problemas do país, até porque as teses deles eram todas falsas. É necessário reafirmar e defender um programa de reformas estruturais no qual o povo trabalhador e as massas populares sejam de fato os protagonistas.

2.2 Desgoverno e desmonte da política ambiental brasileira.

Desde a transição e definição da equipe do atual governo, quando Bolsonaro chegou a anunciar a extinção do ministério do meio ambiente (MMA), já ficou claro que a política ambiental não era prioridade, ou pior, era um entrave aos interesses dos que o apoiaram. Por perceber o enorme risco que a extinção do MMA poderia representar para economia nacional o governo desistiu dessa péssima ideia. Porém a escolha de um político condenado por improbidade administrativa, quando foi secretário de meio ambiente de São Paulo, por ter fraudado documentos em favor de interesses de mineradoras, teve efeito terrível sobre o sistema brasileiro de gestão ambiental. Assim é que o “anti-ministro” Ricardo Salles tem atuado de forma intensa para desmontar os serviços de fiscalização, licenciamento e conservação do meio ambiente, inclusive perseguindo servidores de forma covarde. A vergonhosa contestação dos dados do INPE sobre desmatamento, que resultou na exoneração do diretor Ricardo Galvão, que foi à público defender o órgão, é um episódio que simboliza bem a gravidade da situação, que depende de uma ação conjunta de resistência do funcionalismo público Federal.

Nesse contexto é essencial também que o sindicato exija a manutenção, sem cortes ou restrições, dos trabalhos de monitoramento das metas e objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) pois a prioridade dessa agenda cresce, à medida que o governo escancara suas políticas anti socioambientais.

2.3. Ataques ao serviço público federal e movimento de SPFs.

É necessária e urgente a rearticulação por uma entidade nacional do serviço público, classista, combativa e com democracia interna. Em Santa Catarina, o núcleo da ASSIBGE-SN ajudou a contruir o I Encontro Aberto dos Servidores Públicos Federais de Santa Catarina, no intuito de aprofundar o debate sobre os ataques que nos atingirão com a reforma administrativa e esgotamento de antigos modelos sindicais.

O contexto de crise econômica no Brasil e as tentativas de sua superação pela classe dominante intensificaram os ajustes e ataques aos direitos da classe trabalhadora historicamente conquistados. Na esteira das “reformas” implantadas em governos anteriores (a exemplo das reformas e minirreformas da Previdência dos Governos FHC, Lula e Dilma e a implantação da Reforma do Aparelho do Estado concebida pela classe dominante através de Bresser Pereira, no governo FHC), mais recentemente foi aprovada a EC 95 (teto dos gastos públicos), a Reforma Trabalhista, a terceirização irrestrita, e já está praticamente definida a Emenda Constitucional para “Reforma” da Previdência. Junto com esses ajustes vem o desmonte das políticas e ações de estado para atendimento das demandas da classe trabalhadora (saúde, educação, previdência, regulamentação do trabalho, meio-ambiente, acesso a terra e cultura, etc.) fruto da política de ajuste fiscal, para “dinamizar” o caixa do Estado para salvar o empresariado que se debate para recuperar a lucratividade sem sucesso.

Contra todos esses ataques houve resistência da classe trabalhadora, no entanto, ainda insuficiente para dar conta da intensidade da dinâmica atual da luta de classes no Brasil.

Após os ajustes para rebaixar o valor da força de trabalho da iniciativa privada, através da destruição de direitos trabalhistas duramente conquistados, os trabalhadores do serviço público estão com a espada sobre suas cabeças: o discurso de “privilégio” volta à tona para legitimar os futuros ataques aos trabalhadores do Serviço Público a exemplo da perda da estabilidade (demissão por insuficiência de desempenho), regulamentação draconiana do direito de greve, possibilidade de redução de salário através da redução unilateral da jornada de trabalho, aglutinação de carreiras, retardamento da progressão funcional e arrocho salarial. Sem contar o assédio moral institucional que deixou de ser exceção e passa a ser a regra de gestão, de mãos dadas com a política de metas vinda da iniciativa privada.

Por entendermos que os ataques estão sendo efetivados e que a nossa resposta ainda tem sido insuficiente para resistir a esse processo de retirada de direitos, entendemos como prioridade a unidade de ação contra a retirada dos direitos já em andamento bem como as medidas já anunciadas pelo governo federal como “Reforma Administrativa”. Entendemos que a prioridade da nossa mobilização passa pelos locais de trabalho e a nossa tarefa prioritária é estar junto com os demais trabalhadores e com o público atendido por nós, nas mais diversas áreas e órgãos do serviço público, para dar conta do enfrentamento necessário contra as políticas de austeridade fiscal para a classe trabalhadora. Avaliamos como fundamental a unidade entre os trabalhadores - principalmente com

aqueles que ainda não se incorporaram à luta, que são muitos! - a partir dos problemas concretos que nos unificam. Avaliamos que as questões eleitorais só nos dividem e portanto, precisam ser superadas, afinal seremos todos atingidos independentemente de escolha ou posicionamento eleitoral.

3. ASSIBGE: DEMOCRACIA INTERNA, REPRESENTAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E GESTÃO

3.1 Por um sindicato “com paredes de vidro”.

Nas páginas anteriores tocamos, ainda que de forma bastante sucinta e incompleta, em diversos elementos que demonstram a enorme complexidade da conjuntura atual para a classe trabalhadora, em um período de grandes derrotas políticas e ideológicas para todos nós. O “espírito” do tempo presente tem sido totalmente refratário à organização sindical, e em nosso país vivemos sob um governo de extrema-direita, que tem uma política agressiva e violenta contra a classe trabalhadora e as formas de expressão social que não se adequam a sua estreitíssima e raivosa visão de mundo, que é absolutamente plana.

Acreditamos que as imensas dificuldades de mobilização que tem tido nosso sindicato em seu conjunto, direção nacional e núcleos igualmente, derivam-se fundamentalmente deste contexto. A ASSIBGE-SN está em crise, mas não caímos no discurso fácil de que esta somente é uma “crise de direção”. É uma crise de todos nós, militantes e dirigentes desta entidade.

Entretanto, a Executiva Nacional, que cumpre objetivamente as funções de direção nacional da entidade, e que a dirige de forma contínua já há um tempo considerável, precisa, como todos nós, assumir a responsabilidade política que lhe cabe nestas circunstâncias. É preciso, em primeiro lugar, admitir que muitas coisas não estão bem neste sindicato: e abrir a respeito um debate franco, fraterno e verdadeiramente político – sem o subjetivismo e a atitude pessoal e apaixonada diante de críticas que tantas vezes marca, negativamente, os debates em nossos fóruns.

Parafraseamos aqui a formulação célebre de Álvaro Cunhal. Queremos um sindicato com paredes de vidro! Capaz de olhar para fora de si com clareza, e de ter seu funcionamento interno visto por todos sem problemas. E aqui nos referimos sobretudo ao seu funcionamento político. Reivindicamos a participação efetiva dos núcleos nas decisões políticas! É absolutamente inadequado que o contato entre a Executiva e os núcleos se restrinja a somente receber orientações burocráticas. Queremos e podemos formular a política do sindicato! Esta atribuição não é privilégio exclusivo da Executiva, e ainda que fosse, ela sequer está sendo cumprida pelo atual grupo dirigente. Neste exato momento não sabemos sequer qual o posicionamento do nossos dirigentes nacionais sobre assuntos fundamentais como a reforma sindical e a reforma administrativa, para dar dois importantes exemplos. Como orientar as nossas bases desta maneira? Além de politicamente equivocada em excluir os Núcleos, ou pelo menos alguns deles, a Executiva ao fazê-lo também bloqueia as vias de renovação do sindicato, engessa sua estrutura, impede sua oxigenação. Queremos um sindicato democrático e de base, com a cara de todo o Brasil!

Acreditamos que uma mudança estatutária que institua a proporcionalidade na composição da Executiva é o caminho para a renovação e a construção de novos consensos. A unidade que tanto pregamos para o conjunto da esquerda e das forças populares é a que devemos forjar entre nós, na prática!

Há ainda a questão do trabalho temporário. Com o esgotamento do modelo laboral de tipo fordista, vem surgindo uma classe trabalhadora de novo tipo, sem direitos trabalhistas, atomizada, fragmentada, com uma consciência de classe mais débil, reflexo das transformações no mundo do trabalho. Essa nova realidade exige a adaptação dos sindicatos, em nome de seu crescimento e capacidade de luta. No caso específico da ASSIBGE, algumas questões estatutárias e organizativas, embora não impeçam de modo literal a incorporação dos trabalhadores temporários, a dificulta consideravelmente.

Por isso também defendemos que eventos como Congressos, DN's e Encontro de Temporários deveriam ser feitos de forma compartilhada, com os Núcleos podendo inclusive ajudar na organização e logística. O momento atual é o de unirmos a todos os trabalhadores, não de termos mais travas que causem diminuição na participação. Com isso, torna-se imprescindível que pensemos mais nos trabalhadores temporários, que hoje já são maioria no IBGE e não tem liberação para atividades sindicais. Uma consulta à base poderia indicar, por exemplo, se esse Congresso deveria mesmo acontecer no meio da semana, dificultando em muito a participação dos APMs, ou se o Encontro de Temporários deveria realmente exigir filiação de ao menos 3 meses dos delegados, uma vez que acreditamos que esse tipo de evento seria uma ótima oportunidade para recrutar e organizar novos trabalhadores para as lutas.

3.2 Organização e Gestão.

Acreditamos que temos, hoje em dia, ferramentas tecnológicas de fácil acesso que poderiam contribuir para a gestão do sindicato, tanto em sua estrutura e transparência como na questão democrática. Para isso, temos algumas questões que consideramos urgentes.

Um sistema de Cadastro Nacional de Filiados que funcione de forma digital e de fácil consulta pelos núcleos torna-se imprescindível para o melhor controle de todos. Atualmente, temos que consultar o RH do IBGE toda vez que precisamos de uma lista atualizada de filiados, sem contar questões como contribuições que caem da folha de pagamento quando um servidor filiado se aposenta, sindicalizações que foram encaminhadas mas cujas contribuições acabam por não entrar na folha de pagamento, o que acaba por nos onerar e ainda deixa a entidade sujeita a ataques de setores da categoria. Da mesma forma, um sistema de filiação digital e sistematizado tornaria as filiações muito mais práticas. Um formulário que hoje tem que ser preenchido no papel, escaneado, e enviado por email (ou seja, digitalmente) poderia ser feito diretamente através do site, enxugando processos, aumentando eficiência, e contribuindo para o meio ambiente.

Consideramos também que uma plataforma digital mais adequada poderia servir, inclusive, para consultas políticas e debates mais frequentes com os Núcleos, contribuindo para o processo democrático de maneira eficiente e pouco burocrática.

Núcleo Sindical da ASIBGE-SN em Santa Catarina